

# A ICOMI NO AMAPÁ: A EMPRESA, OS OPERÁRIOS E SUAS FAMÍLIAS NA MINERAÇÃO DE MANGANÊS ENTRE 1950 E 1960

ICOMI NO AMAPÁ: THE COMPANY, THE WORKERS AND THEIR FAMILIES  
IN MANGANESE MINING BETWEEN 1950 AND 1960

Cecília Maria Chaves Brito Bastos<sup>1</sup>  
Ariana Karoline Marçal Valente<sup>2</sup>  
Katiane do Nascimento de Oliveira<sup>3</sup>

1. Historiadora, Mestra em Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB) e Doutora em Educação (PPGED/UFU), Docente do Curso de História Licenciatura/Bacharelado e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória) - Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: cc.bastos@uol.com.br
2. Graduada em História Licenciatura pela Universidade Federal do Amapá. E-mail: egito-valente@hotmail.com
3. Graduada em História Licenciatura pela Universidade Federal do Amapá. E-mail: ktiane.oliveira@hotmail.com

**RESUMO:** A pesquisa enfatiza aspectos históricos da Indústria e Comércio de Minérios S/A no Território Federal do Amapá. Buscou-se analisar como o projeto foi desenvolvido, considerando a construção da Vila em Serra do Navio, local em que a empresa estabeleceu controle dos operários e de suas famílias. Metodologicamente, foram realizados levantamentos bibliográficos e de fontes (Revistas ICOMI Notícias, anos de 1964 a 1967). Como resultado, demonstrou-se que a empresa arremontou mão de obra qualificada e não qualificada, adotando regras e procedimentos para controlar e fixar o trabalhador e sua família no projeto de exploração mineral.

Palavras-Chave: ICOMI. Território Federal do Amapá. Mineração de Manganês. Trabalhadores.

**ABSTRACT:** The research emphasizes historical aspects of The Industry and Trade of Ores S/A. in the Federal Territory of Amapá. We sought to analyze how the project was developed, considering the construction of the Village of Serra do Navio, where the company established control of workers and their families. Methodologically, a bibliographic survey and sources were carried out (ICOMI News Magazines, from 1964 to 1967, collected from private archives). As a result, it was demonstrated that the company grouped local labor, adopting rules and procedures to control and fix the local worker and his family in the process of mineral exploration.

**Keywords:** ICOMI. Federal Territory of Amapá. Manganese Mining. Workers.

**Sumário:** Introdução - 1 O projeto ICOMI no Território Federal do Amapá - 2 Os trabalhadores e suas famílias no ambiente da ICOMI - Considerações Finais - Referências.

## INTRODUÇÃO

A pesquisa centra-se na história da empresa Indústria e Comércio de Minérios S/A (ICOMI) implantada no Território Federal do Amapá (TFA) nos anos de 1950. Momento em que foi construída infraestrutura de suporte ao projeto, como a construção da Vila Serra do Navio, um conjunto urbano concebido com a finalidade de instalar os funcionários da empresa de mineração e suas famílias durante a exploração de jazidas de manganês existentes na região serrana.

A pesquisa, sem perder de vista a importância econômica da ICOMI, buscou estudar alguns

aspectos sociais relacionados ao cotidiano dos operários e de suas famílias na Vila Serra do Navio. Assim, perguntou-se: como a ICOMI, entre os anos de 1950 e 1960, incutiu nos operários e suas famílias comportamentos compatíveis com o impulso do desenvolvimento industrial? Para responder a indagação, analisou-se aspectos da implantação do projeto, destacando a construção da Vila Serra do Navio, local em que a empresa estabeleceu controle e disciplinamento das ações dos operários e de suas famílias, desde a extração de manganês até a organização do cotidiano das casas, realizada pelas esposas dos trabalhadores.

Metodologicamente, foram feitos levantamentos bibliográficos de autores que abordam sobre a história da empresa e de fontes, como a ‘Revista ICOMI Notícias’. A Revista circulou nos anos de 1964 a 1967 e foi um dos meios de divulgação mais expressivos da vida social e cotidiana dos trabalhadores e de seus familiares, moradores da Vila Serra do Navio. Os autores que pesquisaram a temática e as edições da Revista (anos de 1964 e 1965) apresentam alguns aspectos de como funcionou o projeto, a relação com o TFA, o discurso de desenvolvimento regional, a construção da Vila Serra do Navio, a forma como ocorreu o recrutamento dos trabalhadores e suas tarefas e como a ICOMI controlava e disciplinava os operários e suas famílias no ambiente do projeto.

Para este artigo foram traçados dois tópicos, além desta introdução e das considerações finais: 1) O projeto ICOMI no Território Federal do Amapá e 2) Os trabalhadores e suas famílias no ambiente da ICOMI.

## **1 PROJETO ICOMI NO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ**

O Projeto ICOMI compreende um dos primeiros e maiores projetos de exploração mineral na região Norte do Brasil nos anos de 1940 e representa um marco histórico para a História do Amapá. Nesta época, a conjuntura política do Brasil vivenciava ainda o Estado Novo (formalizado em 1937), conduzido pelo Presidente da República Getúlio Dornelles Vargas. Conforme Porto (2003, p. 31) foi no Estado Novo que “os Territórios Federais tiveram uma justificativa para sua criação (visando a defesa nacional)”.

Com essa justificativa, o TFA foi criado em 13 de setembro de 1943, pelo Decreto-Lei nº 5.812, resultando no desmembramento do Estado do Pará. Com o primeiro interventor do TFA, Janary Gentil Nunes (nomeado em 1943 e empossado em 1944 por Getúlio Vargas), a mineração passou a ser apontada como atividade-chave para a modernização da região e, assim, o desenvolvimento do TFA estaria amparado pela implantação da mineração industrial.

Contudo, segundo Lobato (2009, p. 44), “O Amapá era um território de diversidades sociais, econômicas e culturais” e, de modo geral, “O novo projeto governamental de expansão da fronteira da modernização carecia de instrumentos poderosos para fazer frente a hábitos seculares [...]”. Antes da ICOMI ser implantada, a economia do TFA era predominantemente extrativista. Porto (2003, p. 115) afirma que “Até a década de 1940, a economia da área que corresponde ao atual Estado do Amapá caracterizava-se pelo extrativismo vegetal e mineral, a pecuária e a atuação do exército brasileiro.”.

Contudo, conforme o discurso das autoridades locais e nacionais, o extrativismo não era suficiente para engrenar a economia e livrar a população da precariedade em que vivia. Era preciso arregimentar todos os mecanismos possíveis para desenvolver a região e retirá-la do então “atraso” em que se encontrava. Assim, a transformação do Amapá em Território Federal e a descoberta de manganês foram colocados como os fatores determinantes para alavancar o desenvolvimento local.

Nesse sentido, o governo local e o governo federal buscaram desenvolver a economia do

TFA, implantando infraestruturas e estimulando atividades econômicas, principalmente no setor do extrativismo mineral, com o discurso de que eles contribuiriam para a estruturação econômica amapaense e para sua organização espacial (PORTO, 2003). Desse modo, a descoberta de minério de manganês na região amapaense, além de ter sido estratégica, assinalou o início de um longo e duradouro processo modernizador, ligando a economia do Amapá aos mercados regional, nacional e internacional.

A história da descoberta de manganês em Serra do Navio pode ser contada a partir dos primeiros registros sobre a existência desse minério no Amapá. De acordo com o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), o geólogo Josalfredo Borges, em 1935, registrou em seu relatório de pesquisa, realizado em Serra do Navio, a existência de manganês às margens do rio Amapari. Na ocasião, o DNPM não demonstrou interesse nesses registros. Mais tarde, com a criação do TFA e com a chegada de Janary Nunes no Amapá, o recurso mineral foi considerado estratégico pelas autoridades nacionais e locais no contexto do fim da Segunda Guerra Mundial (BRITO, 1994, p. 31).

Mas, a história oficial associou a descoberta do manganês amapaense a um garimpeiro que teria mudado o destino do TFA. Esse garimpeiro era um caboclo da região chamado Mário Cruz. Nessa versão, Cruz teria levado algumas pedras escuras ao governador Janary Nunes que teve a missão de encontrar uma função econômica para a região em que foi feita a descoberta (Serra do Navio), uma vez que a constatação de tais riquezas, anterior a 1945, tinha sido desconsiderada pelo DNPM (BRITO, 1994).

A forma como a história de Mário Cruz foi contada, valorizando um caboclo natural do TFA, além de enriquecer a representação política de Janary Nunes, também estava de acordo com a demanda internacional (PASSOS, 2017, p. 2). Pois, somente com a Segunda Guerra Mundial, quando as exigências da hegemonia estadunidense vieram à tona, o acaso passou a ser uma história oportuna para oficializar a descoberta do minério. Com a comprovação do DNPM de que aquelas pedras escuras eram manganês de alto teor, as autoridades locais conseguiram sustentar a ideologia do então “progresso”, mobilizando recursos e mão de obra para um dos aproveitamentos minerais mais importantes da Amazônia (PASSOS, 2017, p. 2).

Segundo informações do Observatório Social (2003, p. 6) antes mesmo de sua descoberta no Amapá, o minério de manganês já era bastante valorizado. Em plena Guerra Fria, a antiga União Soviética era detentora das maiores reservas mundiais de manganês, insumo indispensável à indústria do aço, mas havia suspenso a sua exportação. Assim, as reservas de Serra do Navio ganharam enorme importância nesse momento. Após a constatação de que realmente haviam encontrado minério no TFA, Janary Nunes solicitou ao presidente Eurico Gaspar Dutra (que havia substituído Vargas na presidência em 1946) a criação de uma “reserva nacional” em Serra do Navio. O pedido foi consentido em 13 de setembro de 1946, por meio do Decreto-Lei nº 9.858.

Com a criação da reserva nacional, o próximo passo seria encontrar uma empresa responsável por pesquisar, fazer a prospecção e exploração do minério no TFA. Segundo Ribeiro (1992, p. 12), o governo do Amapá abriu concorrência internacional, visando o arrendamento das jazidas de manganês. A concorrência atraiu o interesse de vários grupos, como a empresa americana *United States*, a *Hanna Exploration Company* e a empresa brasileira Indústria e Comércio de Minérios S/A (ICOMI). O governo brasileiro optou pela empresa brasileira sediada em Belo Horizonte, cujo proprietário era o engenheiro paulista Augusto Trajano de Azevedo Antunes.

O governo do Amapá e a ICOMI assinaram sucessivos contratos de concessão: 1) assinado em 1947 e revisado em 1950 para exploração de minério; 2) assinado em 1953 para área de constru-

ção de um embarcadouro de minério, no Porto Santana, no estuário do rio Amazonas e 3) também em 1953, concessão para construção de uma estrada de ferro, destinada ao transporte de minério desde as jazidas até o embarcadouro (RIBEIRO, 1992). Dentre os contratos assinados, o principal seria dar condições necessárias para a efetivação do projeto de extração mineral. Conceder a lavra e o beneficiamento à iniciativa privada constituíram os mecanismos principais para a devida efetivação do contrato. Nesse processo, foi importante a atuação da empresa e o papel do Estado brasileiro (BRITO, 1994).

Porém, o projeto modernizador do TFA, só seria possível através de investimentos financeiros altíssimos e de uma infraestrutura adequada para alojar equipamentos e pessoas na Serra do Navio. Mas, a ICOMI não dispunha de recurso para tal investimento, fator que levou a empresa, em 1950, a se associar a *Bethlehem Steel Company*. O Observatório Social (2003, p. 6) acrescenta que: “naquele momento [essa empresa era] uma das gigantescas corporações norte-americanas produtoras de aço [...] que passou a participar com 49% do capital da empresa [...]”.

Concluída a parte contratual pelas empresas, o próximo passo seria a implantação de uma infraestrutura capaz de compreender a exploração do manganês e abrigar os futuros trabalhadores na Serra do Navio. Desta forma, o projeto inicial da ICOMI deveria compreender as instalações industriais para a mineração e beneficiamento do minério, um embarcadouro, a estrada de ferro, além de duas vilas residenciais destinadas à moradia dos funcionários. Segundo Rago (2014), agregar o trabalhador junto à fábrica era prática recorrente no cenário fabril brasileiro. Rio de Janeiro e São Paulo adotaram essa sistemática.

De acordo com Monteiro (2003), para a construção das minas foram individualizadas 19 minas na Serra do Navio, agrupadas em cinco blocos. A construção da Estrada de Ferro do Amapá (EFA), com 193 quilômetros, partia de Serra do Navio, cortando uma área de floresta tropical densa até chegar ao Porto de Santana. É interessante ressaltar que, na época de instalação do projeto, a construção da EFA foi de extrema importância, ao ser utilizada para o transporte de minério, mercadorias, bem como, das famílias que vinham de Serra do Navio para o Porto de Santana.

Sobre o funcionamento da ferrovia, destaca-se um trecho da Revista ICOMI Notícias (fev. 1964, p. 8): “Os trens começaram a correr em fins de 56, transportando minério para a primeira exportação, realizada em janeiro de 57, época da sua inauguração oficial”. Os trabalhos de construção foram árduos, mas rápidos, em tempo “record”. A construção da EFA e o Porto de Santana são tomados como responsáveis iniciais pelo desenvolvimento do progresso regional. Consta no Jornal Amapá (fev./1954 *apud* SILVA, 2011, p. 448) “São obras decisivas para o nosso desenvolvimento e que marcarão um novo capítulo da história regional [...]”.

Além da EFA e do Porto de Santana, a construção de duas Vilas (Serra do Navio e Vila Amazonas) consolidou ainda mais o projeto de extração mineral, porque essas vilas receberam os trabalhadores e suas famílias. Assim, para desenvolver o projeto urbanístico das Vilas operárias, a ICOMI contratou o arquiteto e urbanista Oswaldo Arthur Bratke<sup>1</sup>. A Revista Icomi Notícias (mai./1964) observou o seguinte sobre a construção das Vilas:

Construídas de acordo com projeto urbanístico que considerou, além de outros fatores relativos à habitabilidade, as condições locais de clima, as vilas residenciais dos empregados da ICOMI e seus familiares, Serra do Navio e Vila Amazonas, se destacam pela sua beleza, moderna arqui-

<sup>1</sup> O arquiteto paulista Oswaldo Bratke dedicou-se à arquitetura e design, consolidando projetos de edificações, de norte a sul do Brasil, com residências, indústrias, hospitais, escolas, estações ferroviárias, com uma arquitetura elegante, traços suaves, modernos, inventivos e engenhosos. (RIBEIRO, 1992).

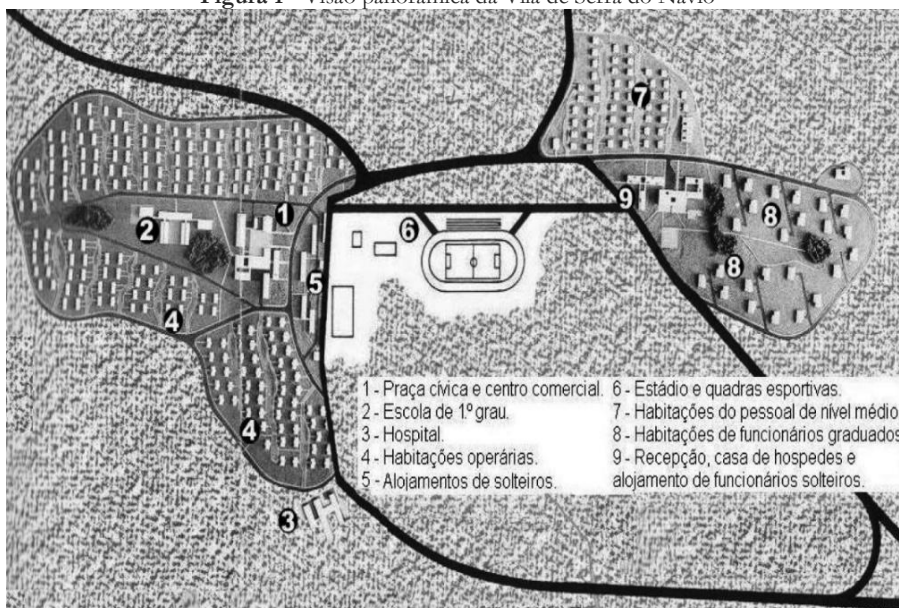
tetura e excelentes condições de vida. Dispõem de todo o necessário, da residência à recreação, do supermercado às escolas e serviços de saúde [...].

As obras projetadas por Bratke iniciaram em 1955. No local onde ocorreu a descoberta do minério de manganês foi construída a Vila Serra do Navio<sup>2</sup> para abrigar os funcionários da empresa. A Revista ICOMI *Notícias* (jun./1964, p. 15) informou que a “Serra do Navio fica a cerca de 200 km, para o interior, às margens do Rio Amapari, ligada a Santana pela Estrada de Ferro do Amapá”.

O projeto urbanístico da Vila Serra do Navio constituiu um dos grandes empreendimentos realizados na Amazônia brasileira, pois “[...] tratava-se de um empreendimento absolutamente de *capital privado* que foi apropriado ideologicamente pelo governo territorial no Amapá, como um dos símbolos do seu ímpeto modernizador” (PAZ, 2011, p. 477, grifos do autor).

Na Vila Serra do Navio foram construídas 334 casas residenciais de pelo menos quatro tipos diferentes, que dispunham de modelos variados destinados à moradia de diferentes segmentos da hierarquia da empresa (Figura 1).

Figura 1 - Visão panorâmica da Vila de Serra do Navio



Fonte: Acervo de Rogério Castelo (2016).

Além de alojamentos para operários, os empreendimentos da empresa contavam com dois clubes sociais, uma escola de ensino fundamental, um hospital, dois restaurantes, uma igreja ecumênica e um centro de compras. Ligando Serra do Navio a Santana, local do Porto, foi construída a Vila Amazonas, quase com o mesmo número de casas residenciais, alojamentos, dois clubes sociais, uma escola de ensino fundamental, um hospital, dois restaurantes e um centro de compras (OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2003, p. 7).

Após ser contratado pela ICOMI, na década de 1950, Bratke veio ao TFA. Viajou em pequena embarcação pelos rios Araguari e Amapari, “a única forma de se chegar à Serra do Navio” (PAZ, 2014, p. 32), para conhecer e estudar a região onde seria desenvolvido seu projeto. Para Bratke era necessário conhecer as condições físicas, ambientais e humanas do habitat, na região:

<sup>2</sup> Segundo Ribeiro (1992, p. 15) “No rio Amapari, existe uma ilha comprida, com a forma aproximada de um navio; por causa dessa ilha, a vila que se constituiu ali próximo passou a ser chamada de Vila Serra do Navio”.

“seu sistema de vida na selva e nos aglomerados; sua habitação, moradia, meio de vida, enfim, seus costumes” (RIBEIRO, 1992, p. 20). A maneira como o arquiteto conduziu seus estudos sobre as habitações das Vilas Amazonas e Serra do Navio, demandou tempo e recursos essenciais para ser concretizado.

Para a construção da Vila Serra do Navio uma questão ficou bem esclarecida para Bratke: “[...] nada existia em termos urbanos; tudo teria que ser previsto, planejado, executado. Não se tratava, apenas, de projetar um grande conjunto residencial, mas de planejar, integralmente, uma pequena cidade”, cercada por florestas (RIBEIRO, 1992, p. 20). No prazo de cinco anos, Bratke projetou os planos urbanos, as residências e toda a estrutura necessária para as duas Vilas (Amazonas e Serra do Navio), levando em consideração o modo de vida do caboclo, e uma das principais recomendações do “Dr. Augusto Antunes” estabelecidas durante o trâmite de contratação: “um núcleo urbano de excelente qualidade; que pudesse servir de modelo no país e a futuros empreendimentos do mesmo tipo” (RIBEIRO, 1992, p. 22). Em 1959, a Vila Serra do Navio foi inaugurada oficialmente e, em 1961, dá-se a inauguração da Vila Amazonas.

As obras das Vilas operárias serviram para acomodar os primeiros trabalhadores da ICOMI. Nunes (2014, p. 50) destaca que “Dentre as instalações industriais, de apoio e infraestrutura, a construção do empreendimento iniciou-se com os alojamentos provisórios às margens do Rio Amapari, no Porto Teresinha [...]”. As habitações operárias projetadas por Bratke seguiam uma forma hierárquica, que dividia os funcionários por instrução e cargo ocupado dentro da empresa, conforme a seguir: 1) Vila Primária para trabalhadores com posições mais baixas entre os funcionários da empresa; 2) Vila Intermediária, com residências dos encarregados de turma e demais trabalhadores de nível médio, estavam acima na hierarquia e 3) Vila do Staff que abrigava o pessoal da administração, responsáveis por todo planejamento do projeto.

Havia três tipos de casas, geminadas com dormitório, sala, cozinha, Water Closet (WC), chuveiro e área de serviço. Além de dois tipos de casas, destinadas aos funcionários graduados, com dormitório, sala de estar, sala de jantar, cozinha, lavanderia, quarto de empregada, sanitário, terraço, pátio e abrigo auto. Brito (1994, p. 86) observa que existe uma “aparente homogeneização em decorrência da padronização das casas”. Mas, verifica-se “uma importante diferenciação baseada numa hierarquia social que é transplantada da posição que cada grupo de trabalhadores ocupa no processo de produção”.

Em decorrência da manutenção das casas projetadas, priorizava-se reduzir ao mínimo as variações de planta, mantendo-se sempre o bom acabamento. Contudo, Bratke, projetou a casa operária geminada, de duas unidades, considerada economicamente mais viável tanto na sua construção quanto em sua manutenção, preservando o equilíbrio entre natureza e moradia. As casas destinadas ao pessoal categorizado deveriam ser somente de dois tipos, em áreas diferentes, isoladas e de toque refinado. De modo geral, poderiam divergir entre si pela forma, número e acabamento, priorizando apenas a ventilação, higiene e as melhores condições de habitabilidade (RIBEIRO, 1992, p. 46).

Havia, contudo, uma preocupação quanto à habitação dos funcionários solteiros. Para esse tipo de casa pensou-se em algo que os acomodasse de forma a fazê-los se sentirem ocupados, até mesmo em seus momentos de não trabalho. Por isso, as construções foram planejadas com “amplos terraços cobertos para circulação, além de salas de estar. Clubes foram organizados a fim de que os solteiros dispusessem de locais para se divertirem por sua conta, sem invadir ou serem inibidos pelas atividades gerais” (RIBEIRO, 1992, p. 63). Ribeiro (1992) esclarece que no projeto urbanístico de Oswaldo Bratke não havia muretas, nem gradis na frente das casas. Somente a área de serviço, no

fundo, possuía cercado. Havia exigência por parte da empresa de que as populações locais deveriam abandonar suas histórias, culturas, “velhos hábitos”, para atender a um projeto de desenvolvimento industrial nacional.

Era preciso mudar os padrões de comportamento da sociedade local, estabelecendo princípios de moralidade e conduta que se adequassem ao desenvolvimento pleiteado pelos investimentos na região. Para Paz (2014, p. 94) era necessário “reprimir e modificar o estilo de vida considerado primitivo e decadente da população dispersa pelos rios e demais localidades amapaenses, além de evitar a ‘degenerescência’ dos ambientes populares da capital”. Assim, a moradia operária e a inserção de novos mecanismos de trabalho perpassavam um universo que ia muito além daquele vivenciado pela população local. O aparato tecnológico com que foram edificadas as Vilas habitacionais de Serra do Navio e Vila Amazonas deveriam atender as necessidades básicas de todos os funcionários e seus familiares. Em junho de 1964 a Revista ICOMI noticiou:

Habitações projetadas e construídas sob moderna concepção urbanística, condicionadas ao clima, dispondo de todos os requisitos para uma vida civilizada, em cidades de ruas asfaltadas e arborizadas, com luz elétrica abundante, construídas também sob projeto urbanístico, são proporcionadas aos empregados e famílias a baixíssimo custo. Todos os serviços públicos são igualmente propiciados a seus habitantes, da água tratada aos esgotos também tratados, da escola à recreação gratuitas, e a medicina preventiva e curativa à disposição de todos, nas melhores condições (Bem-Estar - ponto fundamental de uma política social (ICOMI Notícias, jun. 1964).

A notícia reiterava que a empresa provia as necessidades básicas de seus funcionários e familiares. Contudo, o que era concedido como benefícios, tratava-se de uma condição prevista em contrato. Pois, o funcionário deveria ser assistido adequadamente com uma boa moradia e atendimento básico de saúde e outras necessidades, em meio a floresta sem quaisquer atrativos. Segundo a mineradora, isso era fator essencial para a formação de funcionários produtivos e comprometidos com a empresa. No TFA, a ICOMI traz esse trabalhador para os arredores da empresa. A Vila Serra do Navio ficava dentro da floresta, local da mina, e Vila Amazonas, nas proximidades do Porto de Santana, às margens do rio Amazonas. O cenário era propício para a chegada dos trabalhadores que viriam compor o *status* de moradores das Vilas da ICOMI.

## 2 OS TRABALHADORES E SUAS FAMÍLIAS NO AMBIENTE DA ICOMI

A primeira fase do projeto de extração de manganês em Serra do Navio, demandou muitos trabalhadores, pois não se tratava apenas de edificar uma empresa na floresta Amazônica. Brito (1994) ressalta que, nos anos de 1940 e 1950, havia necessidade de arrematar a força de trabalho para implantação do complexo administrativo do Governo do TFA e para o projeto de exploração mineral. Por essa razão há um fluxo migratório muito grande para o Amapá” (BRITO, 1994, p. 54). Nesse momento ocorreu uma “[...] onda migratória que gerou [um] *boom* populacional” (LOBATO, 2014, p. 226).

Evidentemente, a mão de obra para atuar nas construções do governo e as que atuavam nas prospecções da ICOMI, começaram a ser contratadas no início de 1948. Nesse período, “[...] foram arrematados os primeiros 100 homens para atuarem no Amapá” (PAZ, 2014, p. 68). O projeto da ICOMI recebeu um contingente de mão-de-obra dividida da seguinte forma: sem qualificação e com qualificação. Segundo Brito (1994, p. 54) “[...] como havia uma necessidade maior de

trabalhadores não-qualificados, o projeto é suprido com mão-de-obra da própria região, que no mais das vezes nunca trabalhou de forma assalariada.” Mas, também, vieram trabalhadores do Pará e do nordeste brasileiro.

Muitos dos trabalhadores, ditos “braçais”, que ingressaram nas minas da ICOMI eram garimpeiros da própria região. A relação que se estabeleceu entre garimpeiros e mineiros era traduzida na passagem de mentalidade de garimpo para a mentalidade de mineração em larga escala. A chegada de grandes e barulhentas máquinas representou, também, mudanças significativas na economia e na mão de obra da sociedade amapaense. A Revista ICOMI (jan./1964) destacou que estes operários, antigos garimpeiros, estavam “Sensíveis aos ensinamentos, perspicazes e com elevado senso de responsabilidade, dominam hoje completamente os poderosos mecanismos que enchem de ruídos a Serra do Navio”.

O discurso da empresa mineradora era de que havia uma rápida adaptação dos trabalhadores “às poderosas máquinas” e que essa relação era sempre positiva no manuseio dos novos e desconhecidos instrumentos de trabalho. Assim noticiava a Revista ICOMI (out./1965): “De repente, chegou a hora da máquina. Escavadeiras começaram a rasgar o chão e os homens viram que riqueza grande requer trabalho grande. O minério tinha de fazer o Amapá crescer. É ele que sustenta a expansão geral”. Contudo, nessa relação eram camuflados os incontáveis acidentes ocorridos e, por isso, a empresa seguia um rigoroso sistema de treinamento para manuseio das máquinas.

Os trabalhadores qualificados vieram de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Sul do país. Com a chegada desses trabalhadores, ocorreria um certo embate entre os funcionários recrutados localmente pela empresa e os qualificados vindos de fora (do sudeste e sul do Brasil), mas a mineradora procurou ocultar esses casos e ignorá-los (PAZ, 2014).

A empresa de mineração montou toda uma estrutura destinada à contratação de trabalhadores que viriam compor seu quadro de funcionários. Para isso, a mineradora investiu na implantação de escritórios em Belém e Rio de Janeiro, com representantes que passariam a atuar como “porta-voz” da mineradora. A Imprensa Oficial se encarregou de publicar anúncios nos meios de comunicação do Amapá e do Pará, para propagar novas vagas de emprego no TFA, conforme demonstra o anúncio do jornal Amapá, de 8/1/1949 (PAZ, 2014. p. 73), a seguir:

ICOMI S/A

**Comunica que aceita um limitado  
número de BRAÇAIS e OPERÁRIOS  
para os seus serviços nas  
MINAS DE MANGANÊS**  
Situadas no Rio Amapari

**Armazém próprio – Pensão própria  
Serviço constante – Bom ordenado:**  
Dirigir-se ao escritório da Companhia em Macapá,  
das 8 às 11 horas nos dias úteis.

A divulgação, também, era feita pelos próprios funcionários, que se encarregavam de comentar a outros sobre as vagas de emprego oferecidas pela mineradora, ressaltando que poderiam receber “serviços públicos e privados de saúde, educação e segurança” (PAZ, 2014, p. 104). Com isso, a ICOMI conquistou cada vez mais espaço no TFA e as notícias a seu respeito se espalharam



rapidamente.

Além disso, a empresa divulgava propaganda mostrando a história de seus funcionários na Revista ICOMI Notícias. Sobre Rubens Neves de Albuquerque, torneiro mecânico da ICOMI e residente na Vila Amazonas, a Revista dizia: “UM amigo certa vez lhe disse: “Rubens, por que você não vai trabalhar nessa Companhia nova que está sendo criada no Amapá, a ICOMI? Estão precisando de gente de tôdas as profissões e você, como bom torneiro-mecânico será aceito logo [...]” (ICOMI Notícias, jun./1964). A história de Hipólito Tomaz Vieira, cearense e laboratorista do Hospital de Serra do Navio dizia: “Sabedor de que no Amapá uma grande emprêsa de mineração precisava de empregados, Hipólito vendeu tudo, arrumou as malas e partiu com os seus para Macapá, no ano de 1952. Data daí o seu ingresso na ICOMI, como Auxiliar do então Departamento Médico [...]” (ICOMI Notícias, abr. 1964). O discurso perpassado era de que esses trabalhadores arriscavam tudo ao sair do seu local de origem para se aventurar em outras regiões, em busca de novas oportunidades de emprego. A propaganda sobre a ICOMI surtiu efeitos positivos para a contratação de trabalhadores.

Encerrada a fase de conclusão dos projetos de instalações industriais (embarcadoro de minério e ferrovia), a mineradora começou o processo de seleção e contratação definitiva daqueles trabalhadores que integrariam o quadro de funcionários da ICOMI. Contudo, para que os trabalhadores chegassem até Serra do Navio a empresa teve que montar sua própria logística de contratação e trânsito de funcionários (PAZ, 2014). Essa logística despendia altíssimos custos com passagens aéreas e com a política de incentivo daqueles que viriam “tentar a vida” no Território do Amapá.

Segundo Nunes (2014), uma vez realizada a admissão de funcionários à empresa, os empregados eram entrevistados, em seguida lhes era entregue um regulamento conhecido como Normas de Procedimentos (N. P), fixadas nos quadros de aviso espalhados pela cidade-empresa, em consonância com a Divisão de Saúde. Terminado o processo de esclarecimentos das normas de procedimentos aos funcionários, estes poderiam exibir com orgulho seu número de “chapa de identificação, “[...] uma inscrição pessoal que o funcionário recebia ao ser admitido [...]” (PAZ, 2014, p. 135). As N.P. destacavam desde as obrigações dos trabalhadores até o ambiente em que era permitido circular. A família, funcionários, esposas e filhos estavam sujeitos às mesmas regras. A empresa seduzia os trabalhadores garantindo emprego, saúde, educação, segurança e salário regular. Mas, em contrapartida, esses funcionários e suas famílias deveriam adotar novos hábitos. Com as regras e procedimentos definidos, a empresa buscou “ensinar-lhe hábitos ‘racionais’ de comer, de vestir, de morar ou de divertir-se (RAGO, 2014, p. 229).

Assim, não era permitido sair das dependências da mineradora sem comunicar à empresa. Cada indivíduo precisava informar para onde iria e o que iria fazer. Afinal, lá existia toda uma estrutura de supermercado, cinema, igreja, clube recreativo etc. no ambiente da empresa. Os industriais consideravam essa manutenção da vigilância e controle, procedimentos essenciais para manter a ordem dentro e fora do ambiente de trabalho.

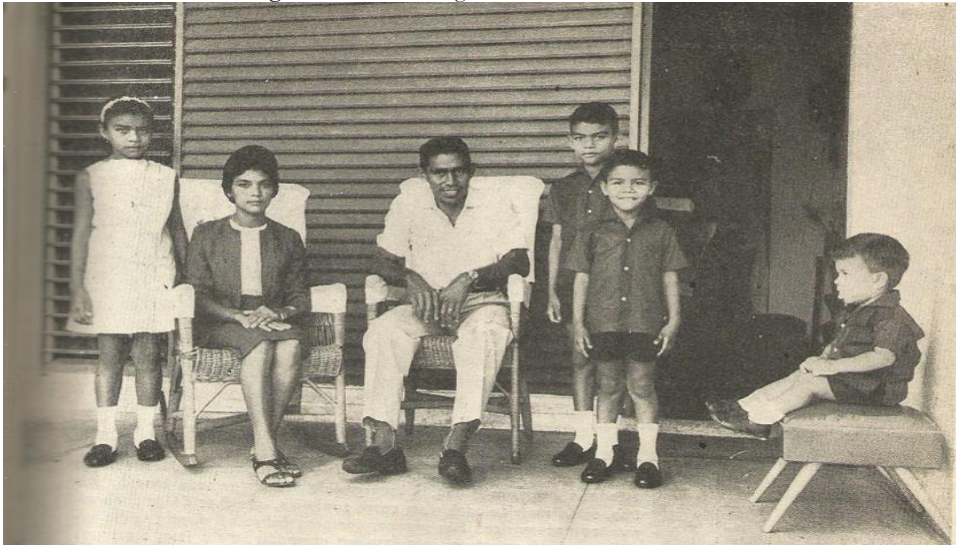
A empresa conferia a seus contratados um novo modelo de família, controlando mulheres, homens, sobretudo os solteiros que poderiam se envolver em encontros amorosos, brigas e bebedeiras (PAZ, 2014). A Figura 2 apresenta uma família moradora da Vila Serra do Navio, destacando o chefe de família, Domingos Gonçalves Sarges<sup>3</sup>, responsável por prover a subsistência financeira e material da família. Ao seu lado direito está Dona Isabel, responsável por cuidar do marido, dos

---

<sup>3</sup> Paraense, Domingos ingressou na ICOMI no ano de 1954, período este de construção inicial das vilas residenciais, exercendo trabalho braçal. Nos idos de 1966, este já atuava na função de encarregado de serviço em material de perfuração.

filhos, do lar, da cozinha, estar devidamente apresentável e ser a exemplar “dona do lar”. E nas extremidades, seus quatro filhos, Marilene, Marcos, Mauro e Maurício.

Figura 2 - Família Sarges em seu ambiente familiar



Fonte: Acervo de Rogério Castelo (2016). ICOMI Notícias, Ago/Set de 1966.

Nesse tipo de composição familiar, os papéis sociais estavam pré-estabelecidos e muito bem divididos, como bem evidencia o periódico oficial da mineradora: “Quando, todos os dias, o Pavilhão Nacional é hasteado na Escola, já se ouviu o apito que recorda a cada um à sua atividade, no Hospital ou na Oficina, na Carpintaria ou no Escritório Central” (ICOMI Notícias, jan./1964). Essa normativa abrangia os lares dos operários. À esposa cabia fazer e manter os serviços da casa, e conseqüentemente, tal qual a jornada de trabalho masculino, o labor feminino começava bem cedo. A pontualidade nas tarefas do lar era exigida para simplificar o trabalho, de forma a não interferir na execução das demais tarefas da empresa.

Havia uma programação específica que regia a vida cotidiana e o lazer dos moradores das vilas. Tudo estava interligado. Trabalho, educação, saúde, lazer, do amanhecer ao anoitecer, e tudo pensado pela empresa. É nesses espaços de sociabilidade que tudo isso será refletido e disciplinado (RAGO, 2014). A dona de casa deveria se dedicar ao lar e isso ganhará grande destaque na Revista ICOMI Notícias, com uma página destinada a elas. A página intitulada “Femina”, buscava ensinar dicas de bordados, corte e costura, crochê, nutricionismo, puericultura. A Revista destaca que mensalmente uma dona de casa ensinava ao público leitor pratos típicos da culinária regional. A Figura 3A a dona de casa Maria de Nazaré Vianna ensina o preparo do Pato no Tucupi e na Figura 3B Cléa Genu prepara a famosa maniçoba

Figura 3 - Donas de Casas ensinando preparo de pratos da cozinha regional



Fonte: ICOMI Notícias (fev.-mar. 1964).

A Empresa também, elaborava um concurso abrangendo as Vilas da ICOMI, para escolher a “melhor casa do semestre” ou “melhor casa do ano”, residência mais bem organizada, cuidada e limpa. A Figura 4 evidencia a frase no azulejo frente à pia da família de Marcelino e Bertina Milhomem: “UM CONSELHO. TENHA A COSINHA COMO UM ESPELHO”.

Figura 4 - Aspecto interno de uma residência familiar



Fonte: ICOMI Notícias (mai. 1964).

Segundo a Revista ICOMI Notícias (mar./1965), o concurso deveria ser realizado da seguinte maneira: 1) as casas eram visitadas; 2) havia sorteio por uma comissão do Departamento de Vilas, da Divisão de Saúde e uma senhora representante das Vilas e 3) eram pontuados itens como higiene, conservação da casa e dos móveis, limpeza de quintais etc. Como incentivo, os moradores

das casas recebiam prêmios: “liquidificadores, batedeiras de bolo, conjuntos de panelas etc.” (PAZ, 2014, p. 200). Na Figura 5, vê-se o casal Raimundo e Pedrina Lino receberem uma máquina de costura elétrica, como premiação, por terem sua residência como vencedora do concurso em 1965.

Figura 5 - Momento de premiação a família vencedora do Concurso



Fonte: ICOMI Notícias (mar. 1965).

Aos filhos dos funcionários, a empresa assegurava educação com vagas gratuitas nas escolas da Companhia, sob direção do Departamento de Educação de STN/SNV. Essas escolas funcionavam em horário integral (manhã e tarde), oferecendo a seus alunos programas de: Higiene Escolar, Teatro, Escotismo, e diversos cursos compreendendo as áreas de Matemática, Línguas Vivas, Língua Pátria, Taquigrafia, Corte, Costura e Bordados. Esses cursos eram ministrados por um corpo docente de várias regiões do país, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belém e Minas Gerais. Os filhos dos empregados eram preparados para serem futuros operários. A Companhia ofertava também, um programa de educação direcionado para manutenção de cursos supletivos aos pais, que tinham então a oportunidade de estudar. As aulas ocorriam no período noturno.

Além da escola, a empresa ofertava aos seus funcionários, familiares e dependentes serviços de saúde por meio do Hospital de Vila Serra do Navio, inaugurado em agosto de 1959. À população da Serra do Navio e aos “Extras”<sup>4</sup> eram ofertados serviços nas modalidades de atendimento cirúrgico, obstétrico e clínico, assistência dentária e médico-hospitalar. O Departamento de Medicina atuava no campo da Medicina Preventiva e da Medicina Curativa (ICOMI Notícias, abr. 1964).

Os moradores das Vilas, também, recebiam acompanhamento pela equipe de Saneamento, com inspeções sanitárias nas casas das vilas primária e intermediária, sem aviso prévio. A finalidade era verificar a maneira como a família estava vivendo, podendo, inclusive, serem feitas com mais frequência à medida que a mineradora recebia visitas de autoridades políticas e grupos de estudantes, principalmente das áreas da saúde (PAZ, 2014).

<sup>4</sup> População residente nas proximidades da Vila Serra do Navio. Essa nomenclatura dada pela própria ICOMI, para “[...] **peessoas não relacionadas com a população da empresa**” (Saúde possibilita civilização no Trópico. *Icomi Notícias*, Rio de Janeiro, n.4, p. 13, abr./1964). (grifos nossos).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ICOMI carregou consigo durante toda a sua trajetória no Amapá, o *slogan* de “progresso e desenvolvimento”, não somente para a região, mas para o Brasil. O governo local incutiu o discurso de que o desenvolvimento da região amapaense, com a implantação de uma empresa com as características da ICOMI, deixaria para trás a ideia de abandono e exploração em que viviam seus habitantes. Dessa forma, a instalação da ICOMI em Serra do Navio, atraiu muitos olhares para este novo projeto industrial, tomado como uma oportunidade de vida melhor. Mas, a garantia de trabalho na nova empresa não era suficiente, havia necessidade que o trabalhador pudesse trabalhar e viver dentro do projeto. Era preciso manter a família (esposa e filhos) perto do operário, incutindo um novo modelo de família e novos hábitos de sociabilidade.

O operário e sua força de trabalho eram indispensáveis à produção e para manter próspero os negócios da empresa de mineração no Amapá por muito tempo. Contudo, a ICOMI sabia que só o trabalho não faria com que seus funcionários permanecessem ativos e produtivos. Era preciso outras garantias, como moradia adequada e, principalmente, a estadia e manutenção da família próximo a este trabalhador. Por isso, a empresa se encarregava em trazer a família completa do empregado para as proximidades do seu estabelecimento de trabalho.

Assim, a pesquisa demonstrou que a ICOMI arregimentou mão de obra local, adotando normas, regras e procedimentos para controlar e fixar o trabalhador no ambiente da empresa e, com isso, incutiu nos operários e em suas famílias comportamentos compatíveis com o impulso do desenvolvimento industrial.

## REFERÊNCIAS

- BRITO, Daniel Chaves de. **Extração mineral na Amazônia: A experiência da exploração de manganês da Serra do Navio no Amapá.** 1994, 148 f. Dissertação de Mestrado (Planejamento do Desenvolvimento). Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 1994.
- ICOMI Notícias.** Rio de Janeiro, n. 1 (jan./1964); n. 2 (fev./1964); n. 4 (abr./1964), n. 6 (jun./1964); n. 15 (mar./1965); n. 17 (mai./1965), n. 22 (out./1965).
- LOBATO, Sidney da Silva. **Educação na fronteira da modernização: a política educacional no Amapá (1944-1956).** Belém: Paka-Tatu, 2009.
- LOBATO, Sidney da Silva. O despertar de Orfeu: prazer e lazer dos trabalhadores de Macapá (1944-1964). **Topoi** (Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ), Rio de Janeiro, v. 15, n. 28, p. 223-241, jan./jun. de 2014.
- MONTEIRO, Maurílio de Abreu. A ICOMI no Amapá: meio século de exploração mineral. **Novos Cadernos NAEA**, n. 2, v. 6, p. 113-168, dez. 2003.
- NUNES, Elke Daniela Rocha. **O controle social exercido pela ICOMI como estratégia de usos e ação sobre o território no Amapá, de 1960 à 1975.** Macapá: Editora Universitária, UNIFAP, 2014.
- OBSERVATÓRIO SOCIAL. **A ICOMI no Amapá: relatório geral de observação.** Florianópolis, mar. 2003.
- PASSOS, D. S. A Icomi e a exploração mineral no Território Federal do Amapá. In: **XII Congresso de História Econômica & 13º Conferência Internacional de História de Empresas**, Niterói, 2017.
- PAZ, Adalberto J. F. “Capital, trabalho e moradia em complexos habitacionais de empresa: Serra

- do Navio e o Amapá na década de 1950”. In: OLIVEIRA et.al. **Do lado de cá, fragmentos de História do Amapá**. Belém: Açai, 2011, p. 461-480.
- PAZ, Adalberto J. F. **Os Mineiros da floresta**: modernização, sociabilidade e a formação do caboclo-operário no início da mineração industrial amazônica. Belém: Paka-Tatu, 2014.
- PORTO, Jadson Luís Rebelo. **Amapá**: principais transformações econômicas e institucionais – 1943 a 2000. Macapá: SETEC, 2003.
- RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. 4ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- RIBEIRO, Benjamin Adiron. **Vila Serra do Navio**: comunidade urbana na selva amazônica: um projeto do arq. Oswaldo Bratke. São Paulo: Pini, 1992.
- SILVA, Ana Cristina Rocha. “Uma ferrovia vara a selva: governo territorial, ferrovia e progresso. In: OLIVEIRA et.al. **Do lado de cá, fragmentos de História do Amapá**. Belém: Açai, 2011, pp. 443-460.